

Políticas públicas para reconstrução do Brasil: inclusão social e direitos humanos


Andrés Del Rio

Universidade Federal Fluminense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7605-7834>
andresdelrio@id.uff.br

Andrea Ribeiro

Universidade Federal Fluminense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4214-0621>
aoribeiro@id.uff.br

Priscila Riscado

Universidade Federal Fluminense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4941-6501>
priscilariscado@id.uff.br

Introdução

Olhar para trás para escrever o futuro é ação incontornável para (re) construir o campo das políticas públicas no Brasil. Nessa direção, tomamos como referência o recente processo de desmonte do arcabouço

institucional erigido com a promulgação da *Constituição Federal* de 1988 e as perdas significativas na esfera dos direitos sociais e da cidadania que dele resultaram. Com essa perspectiva, nasce a proposta do *Dossiê Políticas Públicas para a Reconstrução do Brasil: Inclusão Social e Direitos Humanos*, reunindo trabalhos teóricos e empíricos a respeito de práticas, experiências de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas destinadas à promoção de direitos sociais, ampliação da cidadania e proteção dos direitos humanos, com especial atenção às questões de gênero e raça.

Desde as manifestações de 2013 até hoje, o Brasil entrou numa espiral de erosão democrática, desmonte de políticas públicas, de violência e discurso de ódio, de multiplicação da desigualdade e injustiça social. Neste percurso, o Brasil deixou de ser considerado o país que decolava e passou a ser o país que se afogava nos labirintos da continuidade histórica da desigualdade, do racismo e da dependência. Das reflexões da romântica consolidação institucional, ao processo de ruptura constante das regras de jogos e suas instituições, o Brasil foi retrocedendo, especialmente na área de direitos humanos e sociais. Neste processo, a sociedade foi perdendo espaços de participação, de direitos, e a estatura da *Constituição* foi reduzida. Se é que ela ainda está em vigor! Ou, mais grave, do pouco que vigorou, as garantias dos privilégios e as ferramentas de controle da população são partes vivas da *Constituição*.

O neoliberalismo autoritário se expressou desde o mandato do presidente interino Michel Temer, iniciado em agosto de 2016. Lembremos, o presidente com menor apoio popular da história: 3%. Com a chegada dos militares e seu candidato (tão caricato, quanto violento), o neoliberalismo autoritário tomou conta da racionalidade nacional. Na primeira semana do mandato, Bolsonaro suspendeu a participação popular nos conselhos e eliminou espaços de debate. Bolsonaro é o exemplo de políticas públicas sem sociedade, da racionalidade do desprezo do povo. Existem políticas públicas sem sociedade? A reconstrução não é só institucional, mas dos mais diversos espaços e cantos da democracia, hoje esgotada e desvirtuada. As

elei es presidenciais que terminaram escolhendo Lula da Silva, em outubro de 2022, não foi um período eleitoral ordinário. Pelo contrário, a maquina ria estatal foi pressionada fora dos limites da legalidade e a potência de setores econ micos foi mobilizada para manter o poder, violentando toda normativa eleitoral. Ainda nas ruínas, o processo de reconstrução não deixa de ser contraditório e permeado pela pujança das forças inimigas da democracia. Recriar espaços de reflexão, indicar horizontes possíveis, transformar as urgências sociais, são parte do tempo presente. Neste cenário, que grita urgência e exige justiça social, o dossiê foi idealizado e gestado.

Para contribuir com a criação de um diálogo interdisciplinar que promova e contraponha distintas abordagens teórico-metodológicas, convidamos pareceristas pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento (Ciência Política, Economia Política, Sociologia Política, Direito, Administração Pública etc.). A problemática presente   múltipla e enorme. Os trabalhos que terminaram sendo parte do dossiê foram rigorosamente analisados pelos pareceristas, e foram selecionados respeitando as diretrizes editoriais exigidas. Os trabalhos aqui reunidos versam sobre diversas temáticas, mas todos têm pontes em comum, interesses em comum, preocupações com os desafios do presente.

O artigo que abre o dossiê, *Política Antirracista no Sistema de Justiça: a experiência da Coordenadoria de Promoção da Equidade Racial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro*, de Flávia Villela, se debruça sobre o processo de implementação de políticas de ação afirmativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ). A autora mobiliza conceitos como “interseccionalidade”, “decolonialidade” e “contra-hegemonia” para reconstituir o processo que culminou com a criação da Coordenadoria de Promoção da Equidade Racial (Coopera) em 2020. Ao reconstituir a trajetória institucional do Coopera, o texto procura identificar elementos e estratégias de enfrentamento do racismo institucional e estrutural potencialmente replicáveis em outras esferas públicas, para além daquela que visa garantir amplo acesso   justiça. Um texto provocativo, que indica horizontes em estudos institucionais comparados.

Em seguida, Amanda Veloso Garcia e Débora Augusto Franco, em seu artigo *Educação em Direitos Humanos a partir do contexto da América Latina: devemos queimar as estátuas dos filósofos do cânone?* trazem uma importante reflexão sobre o perfil positivista e reducionista dos cânones científicos que orientam a formação em Direitos Humanos. Segundo as autoras, o sentido hegemônico de ciência carrega um viés que se manifesta como racismo e sexismo epistêmicos. A partir da experiência docente no Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), no *Campus* Pinheiral, as autoras analisam a importância de processos formativos calcados em uma perspectiva do fazer-ensinar ciência que considere o lugar político e social do sujeito do conhecimento. Nesse sentido, ressaltam a defesa de abordagens emergentes que sirvam como contraponto ao universalismo científico e contemplem alternativas teórico-conceituais que deem conta das categorias de gênero e raça. O texto aponta para a incontornável necessidade de conectar a educação em Direitos Humanos ao território da América Latina, como proposto pela antropóloga e ativista pelo direito das mulheres negras, Lélia Gonzales, e considerar as epistemologias contra-hegemônicas e suas cosmo percepções, na trilha da socióloga Oyèrónké Oyèwùmí. Um texto para debater, trazendo uma multiplicidade de camadas existentes.

Em *Democracia, Valores Sociais e Boas Práticas na Interseção entre Políticas Públicas, Direitos Humanos e Inclusão Social*, Paulo Davila Filho propõe três questões inescapáveis à discussão sobre políticas públicas inclusivas para a reconstrução do Brasil democrático. Em primeiro lugar, o autor problematiza a validação e a legitimação *ad hoc* da intervenção social. Em segundo, escrutina o papel do universo de valores sociais compartilhados em que se plasmam as ações políticas, assim como seus limites e horizontes de possibilidade. Em terceiro, e não menos importante, reflete sobre um conjunto de boas práticas a serem observadas no planejamento das ações de reconstrução nacional. Ao expor questões de natureza teórica e empírica, o texto reforça a ideia de que valores públicos devem ser entendidos como fundamento

legítimo e razoável da a o política. De modo que a interven o social articule a valoriza o da diversidade sem abrir mão da perspectiva universalista dos direitos humanos e da inclusão social.

Finalmente, o texto de autoria de Yasmim Rodrigues, “*Aqui é de puta pra baixo*”: *as mulheres na porta de entrada do sistema de justiça criminal*, traz uma reflexão sobre o caráter discriminatório do sistema de justiça, que afeta, em especial, as mulheres negras em condi o de cárcere. A análise adota a perspectiva da criminologia crítica e se apoia nos achados de pesquisa qualitativa feita a partir das audiências de custódia realizadas na Central de Audiências de Custódia de Benfica, Rio de Janeiro, entre 2015 e 2019. A autora cria um retrato da experiência de desumaniza o e priva o de direitos a que são submetidas mulheres presas em flagrante que aguardam decisão judicial. Segundo o texto, ao examinar detidamente a execu o de uma política pública desenhada para garantir a dignidade humana, pode-se perceber que o sistema de justiça tem falhado em preservar a integridade física e emocional das detentas. Isto posto, segue a autora, fica evidente o caráter patriarcal e racista do sistema punitivo, que culpabiliza mulheres duplamente, ao submetê-las à pena antes do julgamento e ao castigar seus filhos e filhas e inseri-los na dinâmica punitiva estatal.

Os artigos aqui reunidos buscam levantar temas e questões relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas que respeitem os direitos humanos e favoreçam a inclusão social no Brasil. Entendemos que esse é um debate aberto e em franca evolu o, que não pode desconsiderar o retrocesso autoritário ocorrido nos últimos 10 anos. Posicionar-se e construir conhecimento crítico e relevante   tarefa essencial da universidade pública em contextos de desigualdade e instabilidade política.

Somos gratos a todas e todos que demonstraram interesse, enviaram textos, com temas diversos e diferentes enfoques. Agradecemos também a todos os pareceristas, que aceitaram com prontidão e assumiram o trabalho de forma s ria, mostrando-se comprometidos e respeitosos com o esforço dos autores. Ao corpo editorial da *Revista de Ciências Sociais* da UFC, pela ajuda e colabora o na empreitada. Enfim, esse é o

resultado de um trabalho coletivo com finalidade coletiva, para tornar público todos os textos que contribuem para refletir sobre os desafios de um presente em ruínas, porém de horizontes de reconstrução.

Esperamos que os artigos aqui reunidos nos ajudem a olhar para o passado e despertem o desejo de construir um futuro de respeito à diversidade, de valorização dos direitos humanos e democratização do espaço público. Uma posição contra o avanço do fascismo e extrema direita. Desejamos a todos uma ótima leitura!

Resumo:

Apresenta o do dossiê *Políticas públicas para reconstru o do Brasil: inclusão social e direitos humanos*.

Palavras-chave:

políticas públicas, inclusão social, direitos humanos.

Abstract:

Presentation of the dossier *Public policies for the reconstruction of Brazil: social inclusion and human rights*.

Keywords:

public policies, social inclusion, human rights.

Recebido para publica o em 13/06/2023

Aceito em 13/06/2023

 **ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribui o 4.0 Internacional.

